



FACULDADE SANTA RITA – FASAR

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Ano Referência: 2009

Conselheiro Lafaiete/MG
2009

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. DADOS DA INSTITUIÇÃO | 3 |
| 1.1 Composição da CPA | 4 |
| 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 4 |
| 2.1 Breve Contextualização | 4 |
| 2.2 A Auto-Avaliação na FASAR | 8 |
| 3. DESENVOLVIMENTO | 11 |
| 3.1 Ações planejadas, Ações realizadas, Resultados Alcançados e Observações | 11 |
| 3.1.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional | 11 |
| 3.1.2 Política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Ensino | 15 |
| 3.1.3 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Pesquisa | 17 |
| 3.1.4 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Extensão | 19 |
| 3.1.5 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Pós-Graduação | 20 |
| 3.1.6 Responsabilidade Social da Instituição | 21 |
| 3.1.7 Comunicação com a Sociedade | 24 |
| 3.1.8 Políticas de Pessoal | 25 |
| 3.1.9 Organização e Gestão da Instituição | 26 |
| 3.1.10 Infra-Estrutura Física | 27 |
| 3.1.11 Planejamento e Avaliação | 28 |
| 3.1.12 Políticas de Atendimento aos Estudantes | 30 |
| 3.1.13 Sustentabilidade Financeira | 32 |
| 3.2 Incorporação dos Resultados obtidos no Planejamento da Gestão Acadêmico-Administrativa | 33 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |

FACULDADE SANTA RITA – FASAR
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA
RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Nome: Entidade Mantenedora de Ensino Santa Rita Ltda.

Endereço: Estrada Real, km 02 (Conselheiro Lafaiete Via Ouro Branco)

Município: Conselheiro Lafaiete

Estado: Minas Gerais

CEP: 36.400-000

Fone/FAX: (31) 3062.2000

E-Mail: mantenedora@fasar.com.br

Instituição Mantida

Nome: Faculdade Santa Rita – FASAR

Endereço: Estrada Real, km 02 (Conselheiro Lafaiete Via Ouro Branco)

Município: Conselheiro Lafaiete

Estado: Minas Gerais

CEP: 36.400-000

Fone/FAX: (31) 3062.2000

E-Mail: paz@fasar.com.br

Dirigente Principal: Maria da Paz Fonseca e Costa

Endereço Residencial: Rua Barão de Pouso Alegre, 256

Fone: (31) 8802-5275

Fax: (31) 3062.2004

E-Mail: paz@fasar.com.br

1.1 Composição da CPA

Desde o ano de 2004 a CPA da FASAR foi constituída tendo sido assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada. A Comissão Própria de Avaliação é um órgão colegiado, instituído na FASAR, constituído por dois representantes do corpo docente, dois representantes do corpo técnico-administrativo, dois representantes do corpo discente, e dois representantes da sociedade civil organizada.

Composição da CPA da FASAR

| Nome | Segmento que Representa |
|-----------------------------|------------------------------|
| Roldão Urzedo de Queiroz * | Corpo Docente |
| Gilberto Martins | Corpo Docente |
| Eduarda Gonçalves Siqueira | Corpo Técnico-Administrativo |
| Mauro Lúcio Pinto | Corpo Técnico-Administrativo |
| Elisnara Georgiane de Souza | Corpo Discente |
| Ricardo Custódio do Carmo | Corpo Discente |
| Leonardo Gonçalves Mendes | Sociedade Civil Organizada |
| Marilda Cleonice Santana | Sociedade Civil Organizada |

* = Presidente da CPA

Período de mandato da CPA: 2 anos

Ato de designação da CPA: Portaria que estabelece a Composição da Comissão Própria de Avaliação da FASAR.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 Breve Contextualização

A Faculdade Santa Rita – FASAR - foi credenciada mediante a Portaria MEC nº 1.188, de 16 de outubro de 1998, para funcionar no município de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais.

A Faculdade Santa Rita – FASAR - nasceu do sonho de um grupo constituído de professores e empresários, todos vocacionados e idealistas da educação. A experiência dos mantenedores com o Colégio Santa Rita, dedicado à educação básica, proporcionou o alicerce inicial para a criação da Faculdade.

Em 1998, a Mantenedora, Entidade Mantenedora de Ensino Santa Rita Ltda., obteve o credenciamento da Faculdade Santa Rita – FASAR, conforme Portaria MEC nº 1.188 de 16/10/1998, publicada no DOU de 20/10/1998. Pela mesma Portaria, a Faculdade Santa Rita foi autorizada a ministrar o curso de graduação em Pedagogia, modalidade licenciatura, reconhecido mediante a Portaria MEC nº 3.146 de 31/10/2003, publicada no DOU de 04/11/2003.

No ano seguinte, 1999, foi autorizado o curso de graduação em Letras com habilitação em Português e Inglês e suas Respectivas Literaturas, modalidade licenciatura, conforme a Portaria MEC nº 386, de 05/03/1999, publicada no DOU de 09/03/1999. O curso de Letras foi reconhecido pela Portaria MEC nº 3.526 de 29/10/2004, publicada no DOU de 01/11/2004.

No ano de 2000, foi autorizado mais um curso de graduação: o curso de graduação em Administração, conforme Portaria MEC nº 2.124 de 21/12/2000, publicada no DOU de 27/12/2000, reconhecido pela Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, publicada no DOU de 09/06/2006.

Em 2001, a Faculdade Santa Rita obteve autorização para ministrar os cursos de graduação em Turismo e em Ciências Econômicas. O curso de Turismo foi autorizado pela Portaria MEC nº 2.763 de 12/12/2001, publicada no DOU de 12/12/2001, reconhecido pela Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, publicada no DOU de 09/06/2006. O curso de Ciências Econômicas foi autorizado pela Portaria MEC nº 2.764 de 12/12/2001, publicada no DOU de 17/12/2001, reconhecido pela Portaria SESu nº 323 de 04/07/2006, publicada no DOU de 05/07/2006.

No ano seguinte, 2002, foram autorizados os cursos de graduação em Geografia e em Educação Física, ambos com as modalidades licenciatura e bacharelado.

O curso de Geografia foi autorizado pela Portaria MEC nº 3.744 de 20/12/2002, publicada no DOU de 23/12/2002, reconhecido pela Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, publicada no DOU de 09/06/2006. O curso de Educação Física foi autorizado pela Portaria MEC nº 3.735 de 20/12/2002, publicada no DOU de 23/12/2002, reconhecido pela Portaria MEC/SESu nº 223 de 07/06/2006, publicada no DOU de 09/06/2006.

Dando continuidade ao processo de expansão dos cursos de graduação, no ano de 2006 foram autorizados os cursos de graduação em Enfermagem, em Engenharia de Produção e em Nutrição. Todos esses cursos foram autorizados mediante a Portaria MEC nº 500 de 10/02/2006, publicada no DOU de 14/02/2006.

Em 2008, a Faculdade Santa Rita obteve autorização para o funcionamento do curso de graduação em Engenharia Metalúrgica, conforme Portaria MEC/SESu nº 862 de 17/11/2008, publicada no DOU de 18/11/2008. E no ano de 2009, foi autorizado o curso de graduação em Engenharia Ambiental, conforme Portaria MEC/SESu nº 79 de 28/01/2009, publicada no DOU de 30/01/2009.

Concomitante à expansão da graduação, a Faculdade Santa Rita iniciou a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, ampliando as oportunidades de qualificação para a sua região de inserção.

Ao longo de sua existência, a Faculdade Santa Rita buscou consolidar uma estrutura que garantisse um ensino de elevada qualidade. Dessa forma, reuniu esforços para contratar um corpo de professores altamente qualificados e para proporcionar uma infra-estrutura adequada aos fins propostos, com tecnologia educacional e uma biblioteca com acervo ímpar e adequado a todos os cursos oferecidos.

A Faculdade Santa Rita tem um forte compromisso com a preparação de seus alunos para o mercado de trabalho e contribui para a excelência de sua formação, através de parcerias com o setor público, o privado e o terceiro setor. A FASAR reconhece que, quando se somam esforços e juntam-se conhecimentos e recursos, ampliam-se as possibilidades de atuação. Por isso, a busca por parcerias e a construção de alianças têm sido uma preocupação e uma atitude tomada pela Instituição.

A Faculdade Santa Rita encontra-se sob a direção da professora Maria da Paz Fonseca e Costa, Diretora Geral, que, mediante trabalho compartilhado, administra a instituição. A gestão da FASAR tem por base uma equipe de sustentação e suporte, formada pelos coordenadores de curso, coordenadores de núcleos, corpo docente, todos com excelência na sua formação e titulação. A participação do corpo técnico-administrativo, também merece destaque, pela sua pertinência nas funções que exerce, bem como pela qualidade de seus serviços. A FASAR conta com uma equipe de professores, mestres e doutores, em sua maioria, com regime de trabalho preferencial em tempo integral. Cerca de 90% do corpo docente é oriundo da capital, Belo Horizonte, de Ouro Preto, de Mariana, de Viçosa, de São João Del Rei e de outros municípios mineiros.

Segue a situação legal dos Cursos de Graduação atualmente ofertados pela FASAR.

| CURSO - HABILITAÇÃO | MODALIDADE | ATOS DE AUTORIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO |
|--|----------------------------|--|
| Administração | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 2.124 de 21/12/2000, DOU de 27/12/2000. Reconhecimento – Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| Ciências Econômicas | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 2.764 de 12/12/2001, DOU de 17/12/2001. Reconhecimento – Portaria SESu nº 323 de 04/07/2006, DOU de 05/07/2006. |
| Educação Física | Licenciatura e Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 3.735 de 20/12/2002, DOU de 23/12/2002. Reconhecimento – Portaria MEC/SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| Enfermagem | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 500 de 10/02/2006, DOU de 14/02/2006. |
| Engenharia Ambiental | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC/SESu nº 79 de 28/01/2009, DOU de 30/01/2009. |
| Engenharia de Produção | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 500 de 10/02/2006, DOU de 14/02/2006. |
| Engenharia Metalúrgica | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC/SESu nº 862 de 17/11/2008, DOU de 18/11/2008. |
| Geografia | Licenciatura e Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 3.744 de 20/12/2002, DOU de 23/12/2002. Reconhecimento – Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| Letras com hab. em Português e Inglês e suas Respectivas Literaturas | Licenciatura | Autorização – Portaria MEC nº 386 de 05/03/1999, DOU de 09/03/1999. Reconhecimento – Portaria MEC nº 3.526 de 29/10/2004, DOU de 01/11/2004. |
| Nutrição | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 500 de 10/02/2006, DOU de 14/02/2006. |
| Pedagogia | Licenciatura | Autorização – Portaria MEC nº 1.188 de 16/10/1998, DOU de 20/10/1998. Reconhecimento – Portaria MEC nº 3.146 de 31/10/2003, DOU de 04/11/2003. |

| | | |
|---------|-------------|--|
| Turismo | Bacharelado | Autorização – Portaria MEC nº 2.763 de 12/12/2001, DOU de 12/12/2001. Reconhecimento – Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
|---------|-------------|--|

O município de Conselheiro Lafaiete está localizado na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e pertence à microrregião de Conselheiro Lafaiete, composta pelos municípios de Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre-Rios, Entre-Rios de Minas, Itaverava, Ouro Branco, Queluzito, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí. A microrregião de Conselheiro Lafaiete possui uma população estimada em 235.100 habitantes (IBGE, 2007). O município de Conselheiro Lafaiete situa-se 96 km de Belo Horizonte, capital do Estado. Sua extensão é 375 km². A localização de Conselheiro Lafaiete é estratégica; fica a poucos quilômetros dos centros consumidores do Sudeste brasileiro e próximo dos corredores de exportação de Santos, Vitória e Rio de Janeiro.

O município de Conselheiro Lafaiete está dividido em 05 (cinco) regionais (regiões). São elas: Região Central; Zona Oeste; Zona Sul; Zona Leste; Zona Norte, e 03 (três) distritos: Conselheiro Lafaiete – sede do Município; Buarque de Macedo – 11 km da sede; Gagé – 10 km da sede.

Vocacionado economicamente para a indústria, o comércio, a agropecuária e o turismo, Conselheiro Lafaiete oferece inúmeras oportunidades de desenvolvimento.

O município fica localizado próximo de grandes indústrias como a CSN, a Gerdau Açominas, MRS Logística a Companhia Vale do Rio Doce. Atualmente, em Conselheiro Lafaiete estão instaladas indústrias metalúrgicas em geral, fábricas de móveis, ceras e velas, cerâmicas, empresas de ônibus, transporte, de prestação de serviços em geral e a cooperativa de leite Itambé.

O município de Conselheiro Lafaiete possui um Distrito Industrial localizado às margens da BR040, com fácil escoamento de produção, pois está no eixo Belo Horizonte – Rio de Janeiro e ainda, a apenas 3 km do centro do município.

Além disso, há estabelecimentos comerciais variados, entre eles: concessionárias de automóveis, armarinhos, venda de eletrodomésticos, gêneros alimentícios, calçados, confecções, hotéis, pensões, postos de gasolina, bancos, agências de viagens, entre outros. Conselheiro Lafaiete possui um *shopping* (Cristal Shop), com mais de noventa lojas, praça de alimentação e estacionamento. Além de vários outros mini-*shoppings*.

Conselheiro Lafaiete conta hoje com cerca de mais de 3.000 estabelecimentos comerciais oferecendo os mais variados tipos de serviços, como bares, padarias, açougues, sapatarias, vestuário, distribuidoras, comércio e indústria de materiais de construção, móveis, concessionárias, produtos agrícolas, lubrificantes, papelaria, tecidos em geral, serviços em geral, eletrodomésticos, informática, bancas de revistas, artigos religiosos, etc.

Os principais produtos agrícolas produzidos no município são: arroz, batata, laranja, tomate, milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar. Na pecuária os principais efetivos são: bovinos, suínos, muares, galináceos, entre outros.

O município de Conselheiro Lafaiete dispõe ainda de diversos pontos de atração turística, além de estar localizado em posição estratégica no eixo dos municípios históricos de São João Del Rei – Congonhas – Ouro Preto. Cabe, ainda, a proximidade com Itaverava, onde se deu a descoberta oficial do primeiro ouro de Minas Gerais; de Ouro Branco, que possui a quase tricentenária matriz de Santo Antônio, com obras do mestre Ataíde; Catas Altas da Noruega e Piranga, ambas do ciclo do ouro, e São Caetano do Paraopeba, hoje pertence ao município de Cristiano Ottoni.

Conselheiro Lafaiete se insere nos primeiros 104 municípios classificados pela EMBRATUR, como detentora de potencial turístico. Isso significa que os empresários interessados em investir na indústria do turismo local podem receber benefícios especiais, como empréstimos, a longo prazo, e com juros subsidiados, para a construção ou ampliação de hotéis, hotéis-fazendas, clubes, parques ecológico e de lazer, aquisição de ônibus de turismo, etc.

A população do município de Conselheiro Lafaiete, segundo Estimativas da População do IBGE (2009), é de 114.577 habitantes, o que o torna uma dos mais populosos municípios do Estado.

2.2 A Auto-Avaliação na FASAR

Com a edição da Lei nº 10.861/2004 o Ministério da Educação estabeleceu nova diretriz para as Políticas Educacionais no que tange à avaliação instituindo o Sistema Nacional de Avaliação – SINAES, que tem a auto-avaliação como componente essencial para subsidiar o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior.

Essa mudança resgatou a importância da auto-avaliação e estabeleceu as bases para a implantação dessa cultura avaliativa no ambiente acadêmico, com a participação de todos os segmentos que o integram.

Em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, a IES constituiu a Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Faculdade Santa Rita, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A Comissão Própria de Avaliação, bem como a Direção da Instituição entendem a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valoriza o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela auto-avaliação com a participação de professores, alunos e do pessoal técnico e administrativo.

A Avaliação Institucional é entendida prioritariamente como um ponto de partida para os ajustes necessários na Instituição. Ela é um instrumento estruturante das possíveis abordagens dos problemas vivenciados no ambiente institucional. Por outro lado, ela sedimentará uma cultura de avaliação diagnóstica, onde são identificados os erros e os acertos com o objetivo de correção e melhoria.

Para a implantação do seu Projeto de Auto-Avaliação, a FASAR vem promovendo debate sobre a prática da auto-avaliação contínua, coordenado pela sua CPA, com a finalidade de disseminar entre os seus docentes e funcionários a metodologia adotada, e os instrumentos utilizados, seus objetivos e os rumos do desenvolvimento de suas múltiplas atividades e conseqüências.

A trajetória de auto-avaliação da FASAR está sendo construída de modo a ajustar-se a um modelo de resultados concretos que monitore os indicadores institucionais da qualidade dos serviços educacionais que presta a sociedade onde se insere, por meio de um processo participativo que é construído coletivamente tendo como principal foco o aperfeiçoamento de sua ação educativa.

A FASAR propõe-se, neste sentido, repensar a realidade institucional num processo sistêmico e participativo desencadeado internamente, que permita examinar criticamente suas estruturas, suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como seu modelo de gestão institucional, com vistas a identificar, compreender e equacionar alternativas para seu aperfeiçoamento acadêmico.

Portanto, fiel à sua atribuição de propor diretrizes para avaliação da Instituição, a CPA consolidou sua visão de avaliação com a construção do Programa de Auto-Avaliação Institucional, também em cumprimento a Lei 10.861 que instituiu o SINAES; tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para a Auto-Avaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação, editados pela CONAES.

O Projeto de Auto-Avaliação da FASAR foi analisado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES –, tendo sido registrado que a IES atendeu à solicitação de formulação de uma Proposta de Auto-Avaliação e emitido o Parecer Tipo 1, que se segue:

“A Proposta apresentada contempla o Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004: orientações gerais, publicação da CONAES/INEP. A Proposta indica que houve articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios e diretrizes do SINAES. É possível identificar, no texto, que a Proposta é resultado da interação entre os atores envolvidos no processo avaliativo, mostra-se coerente com os objetivos e funções de uma Instituição de Educação Superior e assegura a identidade institucional. A metodologia incorpora instrumentos de coleta de dados que possibilitam análise quantitativa e qualitativa. Indica claramente que os resultados servirão de subsídios para a tomada de decisões, de acordo com a inserção da IES no contexto local e regional. Assim, esta Diretoria ressalta que a etapa seguinte é realizar a Auto-Avaliação e utilizar seus resultados para o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas e de gestão institucional.”

A elaboração do Projeto de Auto-Avaliação compreendeu a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário do Projeto contemplou os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.), observando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria nº 2051/04, que regulamenta o SINAES; e o planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, levou em conta as características da IES.

Durante toda a etapa de preparação da Auto-Avaliação a IES empenhou-se na Sensibilização, que buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e outros meios de interlocução. Porém, a sensibilização tem caráter permanente, foi realizada nos momentos iniciais, na continuidade das ações avaliativas, e continuará a ser valorizada na FASAR, pois sempre haverá novos elementos iniciando sua participação no processo: sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou do corpo técnico-administrativo.

Portanto, no desenvolvimento do processo de auto-avaliação, a FASAR procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Nesta etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- (b) sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas destas reuniões;

- (c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
- (d) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- (e) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- (f) definição de formato do relatório de auto-avaliação;
- (g) implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;
- (h) elaboração de relatórios; e,
- (i) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

Os instrumentos de avaliação interna foram desenvolvidos a partir da definição das variáveis e dos itens de controles da qualidade associados a cada uma das dez dimensões contidas no art. 3º da Lei 10.861/04. Esses instrumentos contemplam abordagens quantitativas e qualitativas.

A definição dos instrumentos resultou dos trabalhos dos Grupos constituídos por dimensão da avaliação institucional. A princípio, foram selecionados os seguintes instrumentos:

- entrevistas com os dirigentes da IES e porcentagem representativa de professores, técnico-administrativos e discentes, seguindo-se as dez dimensões propostas;
- questionários;
- análise dos relatórios das avaliações externas realizadas pelo INEP/MEC no ano de 2009 (Avaliação Externa);
- análise dos resultados obtidos pela Instituição no ENADE;
- análise documental; e
- observação.

Foi realizada uma avaliação de contexto, a partir de levantamento de dados e tendências disponíveis na Diretoria, nas Coordenações de Cursos, na Secretaria e nos demais Órgãos de Apoio.

Inicialmente se procedeu a coleta dos dados e informações necessários ao trabalho. A coleta foi direta e periódica, com intervalos de tempo constantes. Obtidos os dados, estes foram cuidadosamente criticados, a procura de possíveis falhas e imperfeições, a fim de não se incorrer em erros grosseiros, que possam influir sensivelmente nos resultados. Esta crítica interna visa à observação dos elementos originais dos dados da coleta.

O tratamento dos dados e informações consistiu no processamento destes dados obtidos e na sua disposição mediante critérios de classificação manual e/ou eletrônica.

Após a apresentação dos dados calculou-se as medidas típicas convenientes para se proceder a análise dos resultados obtidos, por meio de métodos estatísticos. E obter dessa análise os resultados que permitiram concluir e realizar previsões a cerca dos itens avaliados. O relato das conclusões, de modo que sejam facilmente entendidas por quem as for usar na tomada de decisões, como todo o trabalho de auto-avaliação foi de responsabilidade da CPA.

Os resultados da pesquisa institucional realizada no último ano encontra-se na FASAR. Por meio de sondagem, de coleta de dados e de recenseamento de opiniões, foi possível conhecer a realidade institucional, o corpo social, os recursos financeiros disponíveis, a qualidade da infra-estrutura e as expectativas da

comunidade sobre a Instituição e desta com a comunidade, para rever suas metas, seus objetivos com maior possibilidade de serem alcançados a curto, médio ou longo prazo.

3. DESENVOLVIMENTO

A CPA da FASAR, após uma análise crítica da atual etapa do processo de auto-avaliação, desenvolvido de acordo com a proposta encaminhada à CONAES, optou por elaborar seu relatório de auto-avaliação 2009 como resultado da retomada do projeto de auto-avaliação para reflexão e replanejamento das ações, utilizando o modelo proposto pela CONAES. Um relatório para o ano de 2009 descrevendo as ações planejadas/realizadas, os resultados alcançados, destacando as fragilidades e as potencialidades e como são incorporados estes resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

3.1 Ações planejadas, Ações realizadas, Resultados Alcançados e Observações

3.1.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Documentação e dados:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Regimento Interno.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Projetos de Pesquisa e de Extensão.
- Programas ligados aos Setores da FASAR.
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da Instituição.
- Avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas).
- Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).
- Descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais (conhecimentos e competências que devem apresentar).

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados Alcançados | | Ações Corretivas |
|--|---|--|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais. | Missão, finalidades e metas estabelecidas após análise do PDI anterior. A Faculdade Santa Rita tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão em nível superior, visando ao pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação | Necessidade de continuidade e ampliação das estratégias de divulgação. | Continuar a disseminar finalidades, objetivos e compromissos da FASAR por meio de: - ações de envolvimento dos docentes nos Projetos |

| | | | |
|---|--|---|---|
| | <p>profissional para o trabalho.</p> <p>As finalidades, objetivos e compromissos da IES foram divulgadas por meio da página na Internet, em http://faculdade.fasar.com.br/index.php?fasar=missao; e em murais e painéis disponibilizados pela Instituição nos ambientes da FASAR.</p> | | <p>Pedagógicos dos Cursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões Pedagógicas; - Eventos; - Encontros; - Semanas Acadêmicas. |
| <p>Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição.</p> | <p>Utilização do PDI e do PPI como instrumentos que norteiam as práticas institucionais.</p> <p>O Projeto Pedagógico Institucional – PPI - é um instrumento político-filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da Faculdade Santa Rita, tendo em vista a trajetória histórica, inserida no contexto regional, missão, finalidades e objetivos, descritos no PDI.</p> <p>O PPI sintetiza as discussões travadas no seio dos atores envolvidos no projeto de idealização da Faculdade Santa Rita, constituindo-se em um produto coletivamente construído que sistematiza e consubstancia teóricas reflexões e práticas que estão presentes no cotidiano da Instituição.</p> <p>A elaboração do PPI superou os desafios próprios do exercício da participação e do compartilhamento, num trabalho efetivamente cooperativo, porque produto de negociação e confronto proveniente do pluralismo de idéias dos diferentes atores institucionais envolvidos. A diversidade de saberes e práticas, próprias da heterogeneidade da formação dos profissionais, se, por um lado, refletiu-se em diferentes e divergentes percepções e propostas em torno do fenômeno educativo, por outro, ampliou e enriqueceu os debates, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto das políticas institucionais.</p> <p>A Integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados e comunidade acadêmica pode ser percebida nos processos</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar projetos de iniciação científica. - Intercâmbio cultural, científico, artístico e técnico com outras instituições, fragilidade observada anteriormente. | <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a pesquisa e a iniciação científica voltada para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida, alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento econômico, a promoção da qualidade de vida, conforme objetivos e metas da IES. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | decisórios da Instituição. | | |
| Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. | A articulação da pesquisa com a extensão, na FASAR, tem por meta a definição de um modelo de investigação da realidade social, que vá influenciar em sua transformação, por criar condições de correlação entre campos teórico e prático da produção científica. | A Faculdade Santa Rita, conhecida e respeitada pela qualidade do ensino, busca através do Centro de Extensão e Ações Comunitárias – CEAC, a interação com a sociedade no seu verdadeiro papel de educador, contribuindo para a transformação de comportamentos, crenças, valores, habilidades e atitude. Entretanto, é necessário ampliar as ações do CEAC e as ações de pesquisa. | - Valorizar os projetos de pesquisa e extensão que considerem o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. |
| - Buscar a articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. | Ampliada a utilização dos resultados da auto-avaliação como subsídios para a revisão permanente do PDI e do PPI. | - | - |
| - Aderência do PDI com a realidade institucional | Observada no PDI com período de vigência 2008-2012. | - | - |

Análise do PDI anterior, realizada com o apoio da CPA:

ANÁLISE DO PDI ANTERIOR

| PROPOSTA DO PDI | AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI APROVADO |
|--|--|
| <p>Formar profissionais de nível superior, numa concepção de competência revestida de nova formulação, de novo conceito, que se desloca da estratégia abstrata para concretizar-se na atuação e desempenho, pois, não basta a um profissional ter conhecimento, mas é necessário que saiba mobilizar estes conhecimentos, transformando-os em ação. É imperioso que se “saiba fazê-lo e fazê-lo bem”.</p> <p>Essa nova proposta vem atender aos anseios desta Instituição na formação de profissionais e ratificar o seu compromisso com um ensino de qualidade, onde se valoriza a interdisciplinaridade e a visão holística do homem como sujeito de transformação da consciência e da autonomia, fazendo com que alunos e professores, interagindo com a comunidade se constituam como resgatadores da cultura, da solidariedade e do respeito.</p> | Reconhecimento do curso de graduação em Pedagogia, modalidade licenciatura, conforme a Portaria MEC nº 3.146 de 31/10/2003, DOU de 04/11/2003. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Letras com habilitação em Português e Inglês e suas respectivas Literaturas, modalidade licenciatura, conforme a Portaria MEC nº 3.526 de 29/10/2004, DOU de 01/11/2004. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Administração, conforme a Portaria SESu nº 223, de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Turismo, conforme a Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Geografia, modalidades licenciatura e bacharelado, conforme a Portaria SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Educação Física, modalidades licenciatura e bacharelado, conforme a Portaria MEC/SESu nº 223 de 07/06/2006, DOU de 09/06/2006. |
| | Reconhecimento do curso de graduação em Economia, bacharelado, conforme a Portaria SESu nº 323 de 04/07/2006, publicada no DOU de 05/07/2006. |
| | Autorização dos cursos de graduação em Enfermagem, em Engenharia de Produção e em Nutrição, conforme Portaria MEC nº 500 de 10/02/2006, DOU de 14/02/2006. |
| | Autorização do curso de graduação em Engenharia Metalúrgica, conforme Portaria MEC/SESu nº 862 de 17/11/2008, DOU de 18/11/2008. |
| | Autorização do curso de graduação em Engenharia Ambiental, conforme Portaria MEC/SESu nº 79 de 28/01/2009, DOU de 30/01/2009. |
| | Implantação de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de acordo com as necessidades da região de inserção. |
| | Realização de atividades de pesquisa e iniciação científica articuladas aos cursos oferecidos e voltadas para à resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida. |
| | Realização de atividades de extensão articuladas aos cursos oferecidos, promovendo a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes a esses. |
| Ampliação das relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas. | |
| Contratação e expansão do corpo docente para os cursos autorizados. | |

| | |
|--|--|
| | Expansão do corpo técnico-administrativo. |
| | Expansão da infra-estrutura física e acadêmica. |
| | Aquisição de novos recursos tecnológicos e audiovisuais. |
| | Aquisição de novos recursos de informática. |
| | Expansão do acervo bibliográfico. |
| | Construção de novos laboratórios específicos para os cursos oferecidos. |
| | Fortalecimento do serviço de atendimento psicopedagógico. |
| | Ampliação dos meios de comunicação interna e externa. |
| | Revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos. |
| | Criação e fortalecimento do setor de ouvidoria da Faculdade Santa Rita. |
| | Adequação de sua estrutura ao disposto Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e do Decreto nº 5.296/2004 e do Decreto nº 5.626/2005, que a regulamentam. |
| | Constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA - e elaboração de um Projeto de Autoavaliação em conformidade com a Lei nº 10.861/2004. |
| | Implantação do Projeto de Autoavaliação Institucional, aprovado pelo INEP. |

3.1.2 Política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Ensino

Análise de Documentação e Dados:

- PDI, PPI e Projetos Pedagógicos dos Cursos.
- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.
- Sistematização das atividades de extensão e pesquisa.
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Resultados dos questionários aplicados aos alunos.

Ensino

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados Alcançados | | Ações Corretivas |
|--|---|--|--|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Promoção de Eventos envolvendo a concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. Deverão participar toda a comunidade acadêmica. | Desenvolvidos nos diferentes cursos. | - Continua sendo necessário um maior envolvimento do Corpo Discente nas concepções dos Cursos, que vão de encontro aos fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. | - Dar continuidade as ações programadas. |
| Discutir permanentemente as propostas de curso com o Colegiado de Curso e representantes de alunos, como forma de implementar de forma efetiva práticas pedagógicas que visam á construção de conhecimentos e não a mera transmissão de saberes. Reeditar o Manual do Aluno e o Manual do Professor. | Implementação dos Núcleos Docentes estruturantes e reeditados os manuais do aluno e do professor. | - | - |
| - Fomentar práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino. - Envolver precocemente o discente e estimular a participação nos mais diferentes projetos, auxiliando sua qualificação, fazendo com que desenvolvam noções de responsabilidade social e de organização. - Integrar discentes nos grupos e atividades de pesquisa de cada curso. - Envolver gestores, corpo discente e docente nas discussões das práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias | - As ações programadas foram implementadas. | - Necessidade de ampliação. | - Realizar mais eventos e atividades complementares. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| no ensino. Propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional aos docentes, vinculados a programas específicos de treinamento. | | | |
|---|--|--|--|

3.1.3 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Pesquisa

Análise de Documentação e Dados:

- PDI, PPI e Projetos Pedagógicos dos Cursos.
- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão.
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Projetos de Pesquisa.
- Resultados dos questionários aplicados aos alunos.

Pesquisa

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|---|--|---|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| - Para promover as atividades de Pesquisas e iniciação científica, a Instituição deverá adotar as seguintes estratégias de ação: concessão de bolsas para execução de projetos científicos; promoção de meios e recursos para auxiliar a publicação de livros e trabalhos de conclusão de curso de membros dos corpos docente e discente; | Existem na IES políticas implementadas que explicitam claramente sua concepção de Pesquisa, coerentes com as políticas constantes nos documentos oficiais da IES. O perfil do Corpo Docente (Doutores e Mestres), apto a orientar e desenvolver Pesquisa favorece | - Pequeno apoio para o desenvolvimento de pesquisa. | - Buscar apoio dos órgãos de fomento. - Incentivar a elaboração de projetos de pesquisa integrados envolvendo cursos de diferentes áreas |

| | | | |
|--|---|--|--|
| <p>desenvolvimento de mecanismos de interação com a comunidade empresarial e órgãos de fomento à pesquisa de modo a facilitar a regularidade da assistência gerencial, a consultoria e prestação de serviços às empresas privadas e entidades oficiais; realização de convênios com outras instituições, públicas e privadas; intercâmbio com instituições, visando a incentivar contratos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns; divulgação das pesquisas realizadas; realização de conclaves destinados ao debate de temas de interesse da pesquisa; incentivo à participação de discentes na iniciação científica; incentivo à participação de docentes em conclaves nacionais e internacionais.</p> | <p>a implantação da Pesquisa na instituição.</p> <p>As atividades de pesquisa estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Faculdade Santa Rita está inserida; e alinhadas a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento econômico, a promoção da qualidade de vida.</p> | | <p>do conhecimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incluir, pelo menos, 3% dos alunos matriculados em projetos de pesquisa. - Incentivar a publicação dos resultados das pesquisas em eventos e/ou revistas. |
|--|---|--|--|

Compete ao Centro de Pesquisa e Iniciação Científica supervisionar e coordenar todas as atividades de pesquisa desenvolvidas pela Faculdade Santa Rita. A execução dos projetos de pesquisa na Faculdade Santa Rita tem a supervisão disciplinada por Resolução da Congregação.

A FASAR, com o objetivo de desenvolver a pesquisa e iniciação científica criou o Centro de Pesquisa e Iniciação Científica – CPIC.

O Centro de Pesquisa e Iniciação Científica permite introduzir os alunos da FASAR em atividades de pesquisa e colocá-los em contato direto com os processos investigativos dentro de seu campo de saber. O CPIC constitui-se em um apoio teórico e metodológico para o aluno e auxilia na formação de uma mentalidade voltada para a investigação e produção do conhecimento.

O CPIC tem desenvolvido suas atividades através da implementação da iniciação científica na Instituição. Assim sendo, instituiu o Simpósio de Iniciação Científica – SIC na FASAR, que incentiva o corpo docente e o corpo discente a divulgarem os trabalhos produzidos na FASAR. Com a divulgação/comunicação das pesquisas realizadas, os estudantes também despertaram o interesse por outras áreas de pesquisa, sendo, então, um evento catalisador da motivação dos alunos.

O objetivo do SIC é oportunizar aos alunos um maior engajamento em projetos de pesquisa, na busca da integração da tríade ensino pesquisa e extensão. O SIC é

um evento periódico.

A FASAR entende que a socialização do conhecimento constitui a sua função básica, tendo em vista a intervenção na realidade.

Em decorrência das atividades do CPIC, a FASAR edita 02 (dois) periódicos importantes: O livro de Resumos do SIC, indexado sob o nº 1984-7734 e a Revista Científica da FASAR, intitulada Ágora, indexada sob o nº ISSN_1982-2561.

A iniciação científica tem apoio da FASAR no desenvolvimento de suas atividades, numa dotação que lhe é reservada, semestralmente.

3.1.4 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Extensão

Análise de Documentação e Dados:

- PDI, PPI e Projetos Pedagógicos dos Cursos.
- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão.
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Projetos de Extensão.
- Resultados dos questionários aplicados aos alunos.

Extensão

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|--|------------------------|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| - Desenvolver Projetos de Extensão integrados entre os Cursos. - Realizar estudo de Impacto | A Faculdade Santa Rita implantou o Centro de Extensão e Ações Comunitárias – CEAC, cujo objetivo é garantir um processo educativo, cultural e social que viabilize a relação transformadora entre a instituição de ensino superior e a sociedade, relacionando a teoria aprendida formalmente nas salas de aula à sua aplicabilidade prática. As | - Podem ser ampliados. | - Desenvolver novos projetos de extensão. |

| | | | |
|--|---|--|--|
| Social; Impacto Urbano; Impacto Econômico; Impacto Tecnológico; e Impacto do Ensino. | atividades de extensão da Faculdade Santa Rita estão focadas na interação do estudante com a vida real, onde ele exercita o voluntariado, o trabalho social, a atuação cultural e o seu papel de profissional-cidadão. Foram desenvolvidos projetos de extensão integrados entre os cursos e voltados aos problemas da comunidade, tem um forte compromisso com a promoção da sociedade e está sempre buscando alternativas para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. | | |
|--|---|--|--|

São objetivos da política de extensão:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, geração de emprego e ampliação da renda;
- Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;
- Valorizar os programas de extensão interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e para a solidariedade nacional e internacional;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.

3.1.5 Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - Pós-Graduação

Análise de Documentação e Dados:

- PDI, PPI e Projetos Pedagógicos dos Cursos.
- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.

- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão.
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Programa de Pós-Graduação Institucional.
- Resultados dos questionários aplicados aos alunos.

Pós-Graduação

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|---|---|--------------|------------------|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação, <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> . | As práticas implementadas na pós-graduação (<i>lato sensu</i>) são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da FASAR (PDI, PPI, etc.); essa coerência expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa. Portanto, existem na IES políticas de Pós-Graduação que contemplam os princípios e diretrizes para o Ensino de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , coerentes com as políticas constantes nos documentos oficiais da IES. | - | - |
| Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. | Os cursos foram planejados e suas diretrizes, fundamentos e organização dos programas/projetos, estão de acordo com as exigências legais. | - | - |
| Integração entre graduação e pós-graduação. | A política de pós-graduação implementada na FASAR contém os princípios e diretrizes para o Ensino de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , coerentes com as políticas constantes nos documentos oficiais da IES, constatado por meio de formas de articulação entre os cursos ofertados e os cursos de graduação da Instituição tanto no que se refere às práticas docentes como, também, ao envolvimento dos estudantes. | - | - |

3.1.6 Responsabilidade Social da Instituição

Análise de Documentação e Dados:

- Critérios que a Instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas.
- Contribuição da Instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural.

- Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras.
- Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras.
- Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da Instituição.
- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida.
- Lista de estudantes/docentes/técnico-administrativos portadores de necessidades especiais. Estratégias pedagógico-didáticas empregadas.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|---|---|---|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Apoiar ações de responsabilidade social. | <p>O trabalho desenvolvido pela Faculdade Santa Rita na área educacional reflete o compromisso com a responsabilidade social. A Instituição tem como componentes da função social, entre outros:</p> <p>a) a preocupação quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados;</p> <p>b) a permanente promoção de valores éticos e a formação do cidadão;</p> <p>c) a realização de programas de incentivos à comunidade acadêmica;</p> <p>d) o estabelecimento de parcerias com instituições públicas;</p> <p>e) eliminar a existência de qualquer tipo de discriminação, em todos os níveis hierárquicos da Faculdade;</p> <p>f) conduzir as atividades acadêmicas com responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;</p> <p>e) a promoção de atividades culturais, relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e</p> | <p>- Atividades prioritizadas nos cursos da área da saúde..</p> | <p>- Fomentar ações de responsabilidade social nos diferentes cursos.</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>patrimônio cultural da região na qual está inserida.</p> <p>Com a inserção de componentes curriculares nas matrizes de seus cursos, a realização de eventos, a participação de eventos, o desenvolvimento de programas e projetos, todos relacionados ao tema responsabilidade social, a Instituição busca facilitar o seu papel de formação de profissionais competentes e cidadãos de qualidade, comprometidos com o desenvolvimento sócio-econômico regional.</p> <p>As atividades de pesquisa são voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida, fortalecendo o compromisso institucional com o desenvolvimento da região.</p> <p>Na extensão, a Faculdade Santa Rita desenvolve atividades sobre temas relevantes que tenham impacto de melhoria na sociedade quanto à inclusão social; desenvolvimento econômico e social; defesa do meio ambiente e memória cultural.</p> <p>A proposta de inclusão social da FASAR fundamenta-se, prioritariamente, na democratização do acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos, sem comprometimento do critério de mérito como legitimador desse acesso.</p> <p>A FASAR possui ainda políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência.</p> <p>A FASAR apóia ações, eventos e projetos que privilegiem a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, tais como o "PROJETO APAE", entre outros.</p> <p>A LIBRAS foi inserida como disciplina optativa nas matrizes curriculares de todos os cursos de bacharelado da Instituição. Nas licenciaturas, a LIBRAS foi inserida como disciplina obrigatória. Ainda, no ensino de graduação, a responsabilidade social está presente tanto nas disciplinas das matrizes curriculares como nas atividades desenvolvidas ao longo dos cursos, aonde são propostos temas para trabalhos em grupo que abordam</p> | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>multiplicidades de aspectos que caracterizam o ser humano, valorizando também o trabalho coletivo dos alunos e a formação ética e humanística voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social.</p> <p>Com o poder público, instituições de ensino, empresas, associações, tem aumentado o número de parceiros para o desenvolvimento de programas e projetos, integrados aos cursos de graduação e, atendendo a famílias socialmente carentes do Município e região.</p> <p>A responsabilidade social tem proporcionado um salto qualitativo na Instituição agregando valor real às atividades acadêmicas desenvolvidas pelos discentes e docentes que atuam diretamente junto à sociedade, sendo reconhecida como Instituição Socialmente Responsável pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, contemplou a FASAR, com o selo de INSTITUIÇÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL em 2008/2009.</p> | | |
|--|--|--|--|

3.1.7 Comunicação com a Sociedade

Documentação e dados:

- Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da Instituição na comunidade externa.
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos.
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-*web* de divulgação. Análises sobre sua eficácia.
- Guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do Curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros.
- Questionários para a comunidade acadêmica indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações.
- Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|--|--------------|------------------|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Fomentar a participação de representantes do Curso (docentes e discentes) nos órgãos colegiados da | Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige m | - | - |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Instituição. | controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica, técnica e administrativa. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade interna, possibilitando para cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas. | | |
| Fortalecer mais ainda a imagem pública da Instituição. | A FASAR continua conseguindo transmitir para a comunidade externa sua imagem pública, de forma permanente, de alcance abrangente, utilizando as mais diversas mídias e resulta ou expressa uma diretriz de ação. | - | - |

3.1.8 Políticas de Pessoal

Docentes

Documentação e dados:

- Nº de docentes em tempo integral, parcial e horistas.
- Nº de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior.
- Experiência profissional fora do magistério superior.
- Formação didático-pedagógica.
- Nº de publicações por docente.
- Critérios de ingresso na Instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.
- Relatórios de Avaliação para fins de Autorização de Curso realizadas pelo INEP.

Técnico-Administrativos

Documentação e dados:

- Nº de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão.

- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na Instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|--------------------------|---|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão. | Plano implementado. | Necessidade de maior divulgação dos planos. | Divulgar planos de carreira. |
| Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos. | Programas implementados. | | |
| Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, grau de satisfação pessoal e profissional. | Em andamento. | Necessidade de novas ações corretivas. | Promover ações que aumentem o grau de satisfação no âmbito Institucional. |

3.1.9 Organização e Gestão da Instituição

Documentação e dados:

- Atas dos órgãos colegiados.
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da Instituição.
- Funcionamento do sistema de registro acadêmico.
- Funcionamento do sistema e recursos de informação.
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas.
- Organogramas.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|---|---|------------------------------------|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| - Promover as formas de socialização dos planos de gestão, | Realizada a promoção e atividades de coincientização. | - A função gerencial deve ser desenvolvida em todos os níveis | - Reunir estudos e orientações que |

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p>para maior difusão, compreensão e comprometimento de todos os segmentos.</p> <p>- Realizar atividades para conscientização das classes sobre o real papel do representante, em busca de um engajamento maior por parte do Corpo Discente.</p> | <p>O modelo desenhado para a Faculdade Santa Rita dispõe organização formal com estrutura simples, que visa propiciar administração agilidade e flexibilidade para responder necessidades da Instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite ainda ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.</p> <p>Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; e o menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, conseqüência, maior envolvimento da comunidade acadêmica técnica e administrativa. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade interna, possibilitando para cada segmento autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.</p> | <p>hierárquicos da Instituição e ter a capacidade de responder às demandas e às expectativas da comunidade interna e externa.</p> | <p>subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas</p> |
|--|---|---|---|

3.1.10 Infra-Estrutura Física

Documentação e dados:

- Nº de salas de aula.
- Nº de instalações administrativas.
- Nº e condições das salas de docentes.
- Nº e condições das salas de reuniões.
- Nº e condições dos gabinetes de trabalho.
- Nº e condições das salas de conferência/auditórios.
- Nº e condições das instalações sanitárias.
- Existência de áreas de convivência.

- Acessos para portadores de necessidades especiais.
- Nº de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo).
- Nº de bibliotecas (central e setoriais).
- Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais.
- Nº de livros, periódicos e títulos em geral.
- Nº e condições de laboratórios de informática.
- Nº De equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes.
- Nº e condições de laboratórios específicos.
- Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental.
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.
- Relatórios de Avaliação para fins de Autorização de Cursos Realizada pelo INEP.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|---|-----------------------|------------------------------|--|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar a comunidade acadêmica as estratégias de Expansão Institucional. - Observar as recomendações realizadas pelas Comissões de Avaliação para fins de Autorização de Cursos – Efetivar a expansão institucional. | Realizada. | Necessidade de continuidade. | Dar continuidade às ações programadas. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Nos períodos de férias implementar uma escala de utilização dos laboratórios da IES, planejada pela coordenação do laboratório, a ser amplamente divulgada pela FASAR, para disponibilização dos espaços à Comunidade Acadêmica. - Planejar de atividades de extensão a serem desenvolvidas durante o período de férias, envolvendo a comunidade regional. | Ações implementadas. | Necessidade de continuidade. | Dar continuidade às ações programadas. |

3.1.11 Planejamento e Avaliação

Documentação e dados:

- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Relatórios parciais de auto-avaliação.
- Relatório final de auto-avaliação.
- Ações decorrentes das conclusões da auto-avaliação.
- Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.

A IES considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais (Lei nº 10.861/2004, artigo 3º).

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|---|--|--|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados. | Existe participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da auto-avaliação de forma satisfatória. É possível verificar a participação regular e sistemática de professores, alunos e funcionários técnico-administrativos em todas as etapas do processo de auto-avaliação da IES juntamente com a CPA, ou seja, da elaboração do projeto, sua implementação e discussão dos seus resultados; os resultados da auto-avaliação das dimensões avaliadas são compartilhadas com a comunidade acadêmica da IES, por meio de relatórios, boletins internos, internet; comunicações orais e outros eventos congêneres. | - Faz-se necessário garantir que a atualização contínua e de aperfeiçoamento de estratégias, visando à melhoria da qualidade do ensino, a otimização do desempenho institucional e à efetivação responsável da sua responsabilidade social o do processo de elaboração do PDI, do PPI, dos Projetos Pedagógicos dos cursos assim como dos planos de gestão, estejam articulados, para garantir uma adequação à missão, finalidades e objetivos gerais e as exigências do SINAES. | - Constituir uma equipe, a ser sugerida pela Congregação, que apoie a CPA na garantia de que os resultados das avaliações sejam considerados, e que em todos os projetos relativos ao planejamento considerem sempre as adequações à missão, finalidades e objetivos gerais da IES, assim como as orientações do CONAES. |
| Ações acadêmico- | Existem ações acadêmico-administrativas em | - Sugere-se também ampliação da divulgação | - Elaboração e discussão de um quadro |

| | | | |
|---|--|---|---|
| administrativas em função dos resultados da auto-avaliação. | função dos resultados da auto-avaliação. São práticas consolidadas e institucionalizadas. Há uma organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, conferindo identidade à FASAR. São sistematicamente incorporados os resultados da auto-avaliação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional. | e discussão dos resultados deste processo de auto-avaliação para aprimorar essa relação entre avaliação e planejamento, na medida em que os balanços críticos vão sendo incorporados (como já vem sendo) tanto no planejamento geral como nos de gestão dos diferentes setores e também nos planos de cursos. | de sugestões e a sua implementação, visando à superação de deficiências apontadas nas avaliações. |
| Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC. | De acordo com o Projeto de Auto-Avaliação Institucional, na FASAR serão desencadeadas ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC. | - Os cursos ofertados pela Instituição aguardam nova avaliação para reconhecimento ou renovação de reconhecimento. A maioria obteve bons resultados junto ao ENADE. | - |
| Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação. | Na proposta de auto-avaliação institucional está prevista a articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação. Entretanto, desde 2006 a FASAR não foi submetida à avaliação para fins de reconhecimento de Curso. No ENADE a FASAR obteve bons resultados. | - Os cursos ofertados pela Instituição aguardam nova avaliação para reconhecimento ou renovação de reconhecimento. | |

3.1.12 Políticas de Atendimento aos Estudantes

Documentação e dados:

- Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.
- Dados sobre a ocupação dos egressos.
- Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- Nº de Candidatos.

- Nº de Ingressantes.
- Nº de Estudantes matriculados por curso.
- Nº de Estudantes com bolsas.
- Nº médio de estudantes por turma.
- Nº de bolsas e estímulos concedidos.
- Nº de intercâmbios realizados.
- Nº de eventos realizados.
- Nº de participações em eventos.
- Nº de trabalhos de estudantes publicados.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|---|--|--|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Programas de apoio ao discente | Fortalecidos. | Necessidade de ampliação. | Dar continuidade as ações corretivas. |
| <p>- Realizar Pesquisas junto aos alunos para que estes indiquem nas séries cursadas nos anos anteriores, quais disciplinas apresentam maiores dificuldades e demandam, assim, a necessidade de monitoria.</p> <p>- Consolidar e sistematizar a política para a Pesquisa e Iniciação científica na Instituição.</p> | <p>Todos os Cursos ministrados pela FASAR prevêem a participação do aluno em práticas e em estágio.</p> <p>A Política de Pesquisa e Iniciação Científica já foi aprovada pela IES.</p> | <p>- As Bolsas de Monitoria são disponibilizadas.</p> <p>- A FASAR oferecerá bolsas de iniciação científica. A FASAR oferecerá estímulos à participação voluntária, consubstanciados em mecanismos de divulgação dos trabalhos realizados: publicação e apresentação em eventos científicos.</p> | <p>- Realizar Pesquisas junto aos alunos para que estes indiquem nas séries cursadas nos anos anteriores, quais disciplinas apresentam maiores dificuldades e demandam, assim, a necessidade de monitoria.</p> <p>- Consolidar e sistematizar a política para a Pesquisa e Iniciação científica na Instituição.</p> |
| <p>- Fortalecer o apoio ao egresso, a fim de manter um diálogo constante com os mesmos, oferecendo um espaço de debates sobre sua vida profissional e atuação social.</p> | Promovido apoio ao egresso. | - | - |

| | | | |
|--|---|---------------------------|---------------------------------------|
| Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. | Viabiliza uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho. | Necessidade de ampliação. | Dar continuidade as ações corretivas. |
|--|---|---------------------------|---------------------------------------|

3.1.13 Sustentabilidade Financeira

Documentação e dados:

- Aluno tempo integral/técnico-administrativo.
- Planilha de contratação de pessoal docente
- Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo.
- Planilha financeira que compõe o PDI.
- Tabela de cursos oferecidos pela IES.
- Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses).
- Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos.
- Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes.
- Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras).

Quanto à compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da FASAR e o orçamento previsto destaca-se que a proposta orçamentária é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.). Há organização e gestão na FASAR com visão de futuro, onde as propostas de desenvolvimento da IES estão implantadas. A alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais e para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES.

Entre os anos de 2008 e 2009 o perfil institucional não apresentou mudanças.

| Ações programadas na proposta/ Ações Realizadas | Resultados alcançados | | Ações Corretivas |
|--|---|----------------------------------|---|
| | Potencialidades | Fragilidades | |
| Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e | As ações que norteiam a gestão financeira da FASAR visam à manutenção do equilíbrio orçamentário-financeiro. Buscando atender a necessidades atuais e | Atuais índices de inadimplência. | Nessa dimensão, foram avaliadas as políticas de captação e alocação de recursos, bem como as políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, |

| | | | |
|--|--|---|---|
| alocação de recursos. | demandas futuras de recursos para a qualificação do ensino, da pesquisados e da extensão, a IES adota uma política de descentralização da gestão financeira, coerente com a sua filosofia de democracia participativa e transparência administrativa. Todas as metas estabelecidas foram atingidas. | | pesquisados, extensão e gestão. O objetivo foi verificar a capacidade de gestão e administração do orçamento e a eficiência das políticas e estratégias de gestão acadêmica, com vistas à eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas. |
| Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisados e extensão. | A política de aplicação de recursos para ensino, pesquisados e extensão é considerada no orçamento. A aplicação dos recursos para pesquisados e extensão é aprovada pela Congregação, por meio de projetos apresentados pela Direção, atendendo a solicitações realizadas pela Comunidade Acadêmica e as normas específicas. | - | Incentivar a comunidade acadêmica para o desenvolvimento de atividades de pesquisados e extensão em todas as áreas. |

3.2 Incorporação dos Resultados obtidos no Planejamento da Gestão Acadêmico-Administrativa

A consolidação consiste na elaboração, divulgação e análise deste relatório obtido. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da Instituição.

O presente relatório final de avaliação expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. A CPA deverá incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, o relatório deverá apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

A divulgação, como continuidade do processo de auto-avaliação, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, poderão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deverá propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

Ao final do processo de auto-avaliação foi realizada uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras. O balanço crítico permite revisão do Projeto de Auto-Avaliação, assim como o replanejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação SINAES.

Deste modo, o processo de avaliação está proporcionando o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES. Esperamos que seja balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação foi responsável pela sistematização de informações sobre a auto-avaliação, e contou com apoio de setores que mantêm banco de dados e registros permanentes, como a Secretaria e a Congregação. Os membros da CPA contaram, permanentemente, com a participação dos demais setores da IES e da Direção na organização dos trabalhos e na discussão e aprovação deste documento final anexado ao e-MEC.

A participação da CPA, inclusive com a significativa presença dos representantes da comunidade externa, foi altamente significativa em todas as fases do processo desde o momento da sua instalação. Relembremos essas fases:

Fase de sensibilização da comunidade acadêmica, que conseguiu o envolvimento da comunidade na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa por meio de palestras, reuniões, seminários, cartazes e publicações. Esta sensibilização também esteve presente, tanto nos momentos iniciais do processo como nas demais fases do processo avaliativo, incluindo nesta, a análise, discussão e interpretação dos resultados e na elaboração deste relatório.

Nas fases de desenvolvimento do projeto, na coleta e análise das informações e interpretação de resultados e na elaboração deste relatório final de auto-avaliação a participação dos sujeitos (direção, coordenações, professores, alunos e funcionários técnicos administrativos contribuíram muito com os trabalhos). Nesse sentido, a organização dos relatórios parciais de cada dimensão se mostrou eficiente porque abriu espaço para a participação dos vários setores da Instituição, como permitiu a análise cuidadosa de dados e documentos, de relatórios setoriais, bem como a elaboração de conclusões e sínteses de forma didática. Tudo isso ofereceu oportunidades, aos participantes, de um aprendizado significativo sobre os procedimentos da avaliação e sobre a própria Instituição.

Com relação à fase da avaliação externa, definida no SINAES e realizada pelas equipes do INEP, é importante ressaltar a disposição da CPA para realizar, de forma coletiva e dialógica, essa fase. Ressaltamos que este Relatório atende às orientações do CONAES, que indica que este deve estar voltado para as análises, interpretações e conclusões.

Conselheiro Lafaiete, 28 de março de 2009.

Prof. Dr. Roldão Urzedo de Queiroz
Representante do Corpo Docente – Presidente da CPA

Prof. MSc. Gilberto Martins
Representante do Corpo Docente

Eduarda Gonçalves Siqueira
Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Mauro Lúcio Pinto
Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Elisnara Georgiane de Souza
Representante do Corpo Discente

Ricardo Custódio do Carmo
Representante do Corpo Discente

Leonardo Gonçalves Mendes
Representante da Sociedade Civil Organizada

Marilda Cleonice Santana
Representante da Sociedade Civil Organizada